



O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COMO PROPOSTA DE EQUIDADE NA EDUCAÇÃO

SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICE AS A PROPOSAL FOR EQUITY IN EDUCATION

EL SERVICIO EDUCATIVO ESPECIALIZADO COMO PROPUESTA DE EQUIDAD EN LA EDUCACIÓN

Ueudison Alves Guimarães¹, Conceição Aparecida Brandão², Mariele Apolinário Daitx³, Anne Frank Gomes de Arruda Dutra⁴, Vanessa Robbi Bubula Lopes⁵, Iraide Soares da Silva⁶

e473661

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i7.3661>

PUBLICADO: 07/2023

RESUMO

Este estudo discorre acerca das concepções da Educação especial em relação à inclusão escolar e como contribuir para a trajetória inclusiva. Na maioria das vezes os professores não estão preparados para lidarem com diferenças encontradas diante dos educandos no ambiente escolar, de maneira que possam garantir o aprendizado de todos de maneira igual, sem exclusão. Desse modo, a prática lúdica se torna a maneira mais eficiente para que ocorra a inclusão, pois além da brincadeira ser parte da vida do sujeito, é por meio dela que se consegue um trabalho colaborativo em sala de aula, onde os alunos interagem e compartilham saberes com os seus pares. A proposta deste trabalho é frisar a educação inclusiva, deixando claro que existem leis que garantem o direito a todos os alunos de maneira igual. Conforme a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional de 1986, percebeu-se o enorme progresso na legislação, tendo em vista o modo como a instituição deve trabalhar para que a inclusão se torne uma realidade. Para que haja inclusão, é necessário que os docentes tenham capacitação para lidar com todos os educandos, apesar de suas religiões, características, gêneros e culturas, além dos que têm necessidades especiais, visando que o tratamento diferenciado pode trazer sérias consequências psicológicas na vida da criança que podem permanecer para toda a vida. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de caráter bibliográfico com característica qualitativa, mediada por estudos e artigos de autores renomados na área em questão com o propósito de evidenciar a importância da inclusão dos educandos, de modo geral, no processo educativo, garantindo a participação de todos de maneira eficaz, propiciando às instituições de ensino a procura por novos modelos de aprendizagem e potencializem a formação continuada de seus docentes para que possam atender essa demanda com qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Inclusão escolar. Educação inclusiva.

¹ Pedagogia – Universidade Luterana do Brasil – (ULBRA), Química – Faculdade Cidade João Pinheiro – (FCJP), Matemática – Centro Universitário Claretiano - (CLARETIANO), Geografia – Faculdade Mozarteum de São Paulo – (FAMOSP) e Física – Centro Universitário Faveni – (UNIFAVENI); Especialista em Gênero e Diversidade na Escola – (UFMT), Educação das Relações Étnico-Raciais no Contexto da Educação de Jovens e Adultos – (UFMT), Metodologia do Ensino em Química – (FIJ-RJ), Libras e Educação Inclusiva – (IFMT) e Docência para a Educação Profissional e Tecnológica – (IFES); Mestrando em Educação: Especialização em Formação de Professores – Universidad Europea del Atlántico - Espanha (UNEA), Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação (Must University) e Mestrando Nacional Profissional em Ensino de Física pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Doutorando em Ciências da Educação pela FICS.

² Graduada em Normal Superior pela Universidade Presidente Antônio Carlos. Pós graduada em Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Metropolitana. Mestranda em Educação pela Uneatlântico.

³ Graduada em Pedagogia. Pós graduada em Educação Infantil, Alfabetização e Letramento, Educação Especial e Inclusiva, Libras. Mestranda em Educação pela Uneatlântico.

⁴ Formada em Letras e Bacharela em Direito. Mestranda em Educação pela Uneatlântico.

⁵ Graduada em Pedagogia. Pós-graduada em Alfabetização e Letramento. Mestranda em Educação pela Uneatlântico.

⁶ Graduada em Pedagogia. Pós graduada em Alfabetização e Letramento. Mestranda em Educação - Formação de Professores, pela Universidade Europeia Del Atlântico - UNEATLÂNTICO (ESPANHA).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COMO PROPOSTA DE EQUIDADE NA EDUCAÇÃO
Ueudison Alves Guimarães, Conceição Aparecida Brandão, Mariele Apolinário Daitx,
Anne Frank Gomes de Arruda Dutra, Vanessa Robbi Bubula Lopes, Iraide Soares da Silva

ABSTRACT

This study discusses the conceptions of Special Education in relation to school inclusion and how to contribute to the inclusive trajectory. Most of the time, teachers are not prepared to deal with differences found among students in the school environment, so that they can guarantee everyone's learning equally, without exclusion. In this way, the ludic practice becomes the most efficient way for inclusion to occur, because in addition to playing being part of the subject's life, it is through it that collaborative work is achieved in the classroom, where students interact and share. Knowledge with your peers. The purpose of this work is to emphasize inclusive education, making it clear that there are laws that guarantee the right to all students equally. According to the 1986 National Education Basic Guidelines law, the enormous progress in the legislation was noticed, considering the way in which the institution must work so that inclusion becomes a reality. For there to be inclusion, it is necessary that teachers have training to deal with all students, despite their religions, characteristics, genders, and cultures, in addition to those with special needs, aiming that differentiated treatment can bring serious psychological consequences in the life of the child that can remain for life. To this end, a bibliographical research with a qualitative characteristic was carried out, mediated by studies and articles by renowned authors in the area in question, with the purpose of highlighting the importance of including students, in general, in the educational process, guaranteeing the participation effectively, encouraging educational institutions to seek new learning models and enhance the ongoing training of their teachers so that they can meet this demand with quality.

KEYWORDS: *Special Education. School Inclusion. Inclusive Education.*

RESUMEN

Este estudio discute las concepciones de la Educación Especial en relación con la inclusión escolar y cómo contribuir a la trayectoria inclusiva. La mayoría de las veces, los docentes no están preparados para hacer frente a las diferencias que se encuentran entre los alumnos en el ámbito escolar, de modo que puedan garantizar el aprendizaje de todos por igual, sin exclusión. De esta manera, la práctica lúdica se convierte en la vía más eficiente para que se produzca la inclusión, pues además de jugar a ser parte de la vida del sujeto, es a través de ella que se logra el trabajo colaborativo en el aula, donde los estudiantes interactúan y comparten conocimientos con tus compañeros. El propósito de este trabajo es enfatizar la educación inclusiva, dejando en claro que existen leyes que garantizan el derecho a todos los estudiantes por igual. Según la ley de Lineamientos Básicos de la Educación Nacional de 1986, se notó el enorme avance en la legislación, considerando la forma en que la institución debe trabajar para que la inclusión sea una realidad. Para que haya inclusión, es necesario que los docentes tengan formación para tratar con todos los estudiantes, independientemente de sus religiones, características, géneros y culturas, además de aquellos con necesidades especiales, teniendo como objetivo que el trato diferenciado puede traer graves consecuencias psicológicas en la vida del niño que puede permanecer de por vida. Para ello, se realizó una investigación bibliográfica de carácter cualitativo, mediada por estudios y artículos de autores de renombre en el área en cuestión, con el propósito de resaltar la importancia de incluir a los estudiantes, en general, en el proceso educativo, garantizando la participación efectiva, incentivando a las instituciones educativas a buscar nuevos modelos de aprendizaje y potenciar la formación continua de sus docentes para que puedan atender con calidad esta demanda.

PALABRAS CLAVE: *Educación Especial. Inclusión Escolar. Educación Inclusiva.*

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem a finalidade de demonstrar um estudo sobre a educação especial e a inclusão escolar de todos os alunos em todas as atividades, por não terem capacitação adequada para lidarem com todos os alunos no ensino regular, afinal, a responsabilidade de construir propostas novas de ensino é do professor. Inúmeras vezes os professores enfrentam receio quando o assunto é mudança de hábitos, o que pode causar desconforto e insegurança nos mesmos.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COMO PROPOSTA DE EQUIDADE NA EDUCAÇÃO
Ueudson Alves Guimarães, Conceição Aparecida Brandão, Mariele Apolinário Daitx,
Anne Frank Gomes de Arruda Dutra, Vanessa Robbi Bubula Lopes, Iraide Soares da Silva

De acordo com Minetto (2008), cabe aos professores pesquisarem novas habilidades e maneiras de lidarem com todos os alunos de maneira inclusiva, que permitam compreender e intervir nas diferenças que há entre os mesmos, além de serem mediadores nas situações diferentes que se deparam, além de ajudarem a construir uma proposta inclusiva, fazendo haver mudanças positivas nos indivíduos.

É importante frisar que a educação inclusiva não se faz apenas por Diretrizes e Decretos e sim com sistemas educacionais organizados e planejados que consigam atender a todos os alunos além de oferecer respostas adequadas às suas necessidades. Deste modo, qual a importância da educação inclusiva?

Para que o processo de inclusão seja alcançado com sucesso, deve haver mudanças no contexto escolar, que são feitas por meio da reflexão responsável e comprometida pelos envolvidos referente à realidade que vivemos em relação à inclusão.

Esta temática surgiu da necessidade de conhecer a educação inclusiva nos anos iniciais. Observou-se a importância de estudar a inclusão, visto que todas as escolas segundo a legislação devem receber alunos com necessidades especiais. Hoje existem muitas crianças, portadoras de necessidades especiais, e por vezes, o trabalho não é realizado de modo eficaz, prejudicando o desenvolvimento da criança no processo ensino-aprendizagem.

“A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem” (BRASIL, Lei 13.146 de 2015. Art. 27).

Levando em consideração a legislação vigente, compreende-se a importância de uma inclusão de qualidade que possa trabalhar o desenvolvimento integral do sujeito, suas peculiaridades e também seu potencial de desenvolvimento. O estudante com necessidades especiais deve ser assistido de forma mais criteriosa, com intuito de contribuir para o desenrolar do seu processo de desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem. Desenvolver este tema é indispensável para o ensino fundamental nas escolas públicas do Distrito Federal, pois o ensino fundamental é o marco do impacto social na vida das crianças. Na educação básica começa a formação intelectual, educativa e social dos indivíduos.

O objetivo geral deste trabalho é discorrer sobre a Educação especial e a inclusão escolar. Os objetivos específicos são estudar a educação inclusiva e os aspectos legais; analisar o papel do professor no processo de inclusão escolar e averiguar as práticas pedagógicas que favorecem a inclusão.

A presente pesquisa é uma revisão bibliográfica, que, de acordo com Gil (2002, p. 44), é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao pesquisador cobrir uma gama muito mais ampla de fenômenos do que poderia pesquisar diretamente. Diante do



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COMO PROPOSTA DE EQUIDADE NA EDUCAÇÃO
Ueudison Alves Guimarães, Conceição Aparecida Brandão, Mariele Apolinário Daix,
Anne Frank Gomes de Arruda Dutra, Vanessa Robbi Bubula Lopes, Iraide Soares da Silva

exposto, o pesquisador deverá explicar o tema com suas próprias palavras, com base nas informações contidas nas coleções científicas, livros e artigos pesquisados e, portanto, além de realizar o trabalho, contribuirá com a área para pesquisas futuras.

A pesquisa realizada incluiu a exploração de bases de dados referentes ao tema por meio da utilização das palavras-chave: educação especial, inclusão, educação inclusiva.

O trabalho é de natureza qualitativa, o que se traduz em pesquisa, no desenvolvimento de um trabalho que visa oferecer contribuições aos estudos relacionados à educação especial e inclusiva. O estudo assume uma natureza qualitativa, que não diz respeito à representatividade numérica, mas sim ao aprofundamento da compreensão de um grupo social, organização, entre outros (SILVEIRA; CÓDOVA, 2009). Suas principais características são: 'objetivação do fenômeno; hierarquia de ações para descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em um determinado fenômeno; respeito às diferenças entre o mundo social e o mundo natural' (ibidem, p.32).

Possui caráter descritivo-exploratório, que, segundo Gil (2008, p. 50), 'se desenvolveu em face de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos'. É interessante notar que a pesquisa descritivo-exploratória busca descrever as características de um determinado fenômeno, como a educação especial e inclusiva, para estabelecer relações entre variáveis e, além disso, este tipo de método busca esclarecer e modificar conceitos em formular problemas de pesquisa mais precisos ou propostas para estudos futuros.

A delimitação do tema foi de extrema importância para a realização de pesquisas de materiais com o tema apresentado, afinal foi a melhor forma de reunir as informações necessárias para a realização dele.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação inclusiva tomou grande proporção e foi influenciada por diferentes correntes de apoio, como declarações, leis, políticas, decretos, planos de ação, dentre outros. Teve início nos preceitos contidos na Constituição Federal de 1988, que protege os direitos dos cidadãos por igual, independentemente de suas especificidades, que propôs:

Estabelece "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (art.3º inciso IV). Define, ainda, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No artigo 206, inciso I, estabelece a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola" como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). (BRASIL, 1988).

A legislação discorre claramente que o direito a educação, é garantido a todos sem distinção, com o intuito de produzir o desenvolvimento integral da pessoa, formando-a para ser cidadão ativo e



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COMO PROPOSTA DE EQUIDADE NA EDUCAÇÃO
Ueudson Alves Guimarães, Conceição Aparecida Brandão, Mariele Apolinário Daítz,
Anne Frank Gomes de Arruda Dutra, Vanessa Robbi Bubula Lopes, Iraide Soares da Silva

consciente de seus direitos, tanto ao acesso à educação e também a qualificação voltada para o mercado de trabalho.

Segundo o Ministério da Educação (MEC) no Brasil, o auxílio às pessoas com deficiência iniciou-se na época do Império. Nesse período duas fundações foram originadas: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, hoje Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, os dois no Rio de Janeiro. No início do século XX, foi criado o Instituto Pestalozzi e em 1954 a primeira APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (PIMENTEL; SANTOS, 2008).

No Brasil a história iniciou-se na década de 70, quando algumas escolas começaram a admitir alunos especiais, sob condição que os mesmos fossem capazes de se adaptar ao plano de ensino da escola (PIMENTEL; SANTOS, 2008).

Havia certas dificuldades e limitações no ambiente escolar, analisando-as na vida cotidiana da pessoa portadora de deficiência, notamos como foi arduo o processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais, na década de 70 o aluno ajustava-se ao plano de ensino da instituição, ao invés da instituição adequar-se às necessidades dos alunos.

Em 1988 foi promulgada a Constituição Federal, chamada “Constituição cidadã”, as quais certificaram direitos a grupos sociais até então marginalizados, como as pessoas com deficiência que também participaram ativamente de sua elaboração. (BRASIL, 1988). Foi um marco histórico na solidificação do acesso ao direito a educação, com apoio da legislação que reforçou a importância desse e a comprovação da capacidade intelectual das pessoas com necessidades especiais que lutaram pelos seus direitos.

Partindo dos princípios da Constituição Federal, surgiram leis como a Lei nº 7.853/89 em apoio às pessoas com deficiência e sua integração social. Que desautorizou as instituições de ensino a se recusarem a matricular alunos com necessidades especiais. Estas pessoas não podem admitir qualquer tipo de ação discriminatória no meio escolar, onde deve ser inserido para desenvolver e ampliar suas potencialidades. Esse processo precisa ser administrado de maneira integral, desde os primeiros estímulos até o desenvolvimento majoritário de ensino.

O artigo 205 da CF/88 define a educação como um direito de todos, que garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um princípio. Garante que é dever do Estado oferecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988.Art. 205). O dever do estado é assegurar o acesso igualitário no atendimento nas etapas da educação básica, fornecendo material didático.

A educação inclusiva visa unir a dicotomia existente entre o que é normal e anormal, deixando de lado essa separação que rotula o homem e não se preocupa em desenvolver as potencialidades dele fazendo valer o que foi estabelecido na Constituição Federal em que todos têm direito a educação (BRASIL, 1998).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COMO PROPOSTA DE EQUIDADE NA EDUCAÇÃO
Ueudison Alves Guimarães, Conceição Aparecida Brandão, Mariele Apolinário Daítz,
Anne Frank Gomes de Arruda Dutra, Vanessa Robbi Bubula Lopes, Iraide Soares da Silva

Extingue as diferenças entre os alunos, proporcionando atividades de interação, desenvolvimento e socialização de todos.

No ano de 1990 surgiu a Declaração Nacional de Educação para Todos, a partir das ideias de vários documentos internacionais que passaram a influenciar as políticas públicas da educação inclusiva. Na década de 90, alguns países manifestaram-se a respeito das indagações referentes a universalização da educação, agregando ideias na Declaração Nacional de Educação para Todos.

A Conferência Mundial da Educação Especial de 07 a 10 de junho de 1994, que foi organizada pelo governo da Espanha aliado à UNESCO (SALAMANCA, 1994). Teve o intuito de tratar sobre políticas e práticas a serem desenvolvidas em relação à educação especial, contando com a participação de 94 representantes de governos e vários outros que representavam Organizações Não-Governamentais, que gerou um documento oficial a Declaração de Salamanca que trouxe em sua pauta várias ações, para que os governos trabalhassem em seus países a prática da educação inclusiva (MITTLER, 2003). Essa declaração demonstra a carência de uma escola para todos, inclusiva resultando em um movimento mundial de reflexão sobre os procedimentos supressores dentro da escola.

No ano de 1996 foi promulgada a LDBN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- nº 9.394/96, com o compromisso de gerenciar as políticas públicas relativas ao ensino e sua organização.

A escola tem obrigação de admitir todos os alunos, independente de algum aluno ser portador de necessidades, pois a mesma fortalece no desenvolvimento da personalidade, direitos e deveres dos alunos. A educação inclusiva é um tipo de proposta institucional que vincula a educação regular a educação especial, a qual a criança é inserida no ambiente escolar regular com o intuito de ser integrada.

As dimensões da educação inclusiva estão entrelaçadas entre a política social e as políticas educacionais. Sabe-se que é necessária uma reestruturação de tudo que engloba a dimensão dos processos e diretrizes da inclusão, para facilitar a entrada da criança no sistema educacional e a escola realmente oferecer um ensino qualitativo.

A educação possui a finalidade de propiciar a interação de alunos, promovendo ações de práticas pedagógicas, visando incrementar todo o processo educacional. Favorece a diversidade, considerando que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento na vida. Porém, existem necessidades que interferem de modo significativo no processo de aprendizagem e que exigem uma atitude educativa específica da instituição de ensino, como o uso de recursos e apoio especializados para garantir a aprendizagem de todos. Com a inclusão, as diferenças não são consideradas um problema, mas uma diversidade (PIMENTEL; SANTOS, 2008).

Atualmente existem algumas normas instituídas quanto à acessibilidade nas escolas como: rampas, elevadores, corrimãos e outros recursos que visam facilitar a vida e locomoção dos



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COMO PROPOSTA DE EQUIDADE NA EDUCAÇÃO
Ueudson Alves Guimarães, Conceição Aparecida Brandão, Mariele Apolinário Daítz,
Anne Frank Gomes de Arruda Dutra, Vanessa Robbi Bubula Lopes, Iraide Soares da Silva

deficientes físicos. As normas também incluem o ensino de Libras no plano de ensino dos cursos superiores.

MÉTODO

Um estudo bibliográfico ou revisão de literatura é uma análise aprofundada de publicações recentes em um determinado campo do conhecimento. Segundo Silva e Menezes (2005), a pesquisa bibliográfica é uma forma de utilizar publicações científicas, periódicos, livros, materiais de conferências etc. e não é utilizada especificamente para coletar dados em espécie, mas apenas uma transcrição de ideias. Para implementá-los, os pesquisadores podem escolher entre periódicos regulares (revistas narrativas) ou periódicos mais rigorosos. A metodologia qualitativa levanta questões éticas mais do que qualquer outro método, principalmente porque a distância entre pesquisadores e avaliadores é muito próxima. Embora a maioria dos pesquisadores (especialmente sociólogos) raramente dê atenção a essa questão, debates de longo prazo - especialmente entre antropólogos - visavam lidar com a relação de longo prazo entre os dois polos da situação de pesquisa.

DISCUSSÃO

A escola em parceria com os seus profissionais sempre se organiza para desenvolver práticas pedagógicas eficientes, afinal, elas têm como propósito promover os saberes e o progresso de seus educandos. Nesse sentido, revela-se que na Educação Inclusiva essas estratégias metodológicas são fundamentadas tendo em vista alguns conceitos, ou seja, a individualidade, as necessidades e as potencialidades de cada um dos educandos, as quais conseguem propiciar igualdade em relação à aprendizagem e o desenvolvimento de todos, sem exceção, apesar de suas necessidades especiais.

[...] a inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um (MANTOAN, 2003, p.67).

É importante ressaltar que essas distinções precisam ser reveladas e muito bem explicadas tanto nas práticas quanto no projeto político pedagógico, pois é neles estão inseridos os objetivos educativos, os quais propiciam uma ação colaborativa com o desejo de melhorar o desenvolvimento educacional mediante a mediação e o gerenciamento das atividades educativas.

A escola precisa estar sempre atenta às necessidades de seus educandos, pois à mediada que ela compreende esse processo, em um trabalho colaborativo com o apoio dos docentes e dos familiares, todos eles podem tomar essa responsabilidade para si, buscando fomentar acessibilidade e eficácia ao processo de ensino-aprendizagem

A Declaração de Salamanca (SALAMANCA, 1994 p.43) esclarece que:



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COMO PROPOSTA DE EQUIDADE NA EDUCAÇÃO
Ueudson Alves Guimarães, Conceição Aparecida Brandão, Mariele Apolinário Daix,
Anne Frank Gomes de Arruda Dutra, Vanessa Robbi Bubula Lopes, Iraide Soares da Silva

“A educação de crianças com necessidades educativas especiais é uma tarefa compartilhada por pais e profissionais. Uma atitude positiva da parte dos pais ajuda a integração escolar e social. Os pais de uma criança com necessidades educativas especiais precisam de apoio para poder assumir suas responsabilidades” (BRASIL, 1994, p. 43).

Cabe aos profissionais da educação, ou seja, aos professores darem o primeiro passo para que a parceria entre a escola e a família aconteça de forma efetiva e por meio das práticas cotidianas pedagógicas.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1996) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as escolas têm a obrigação de se articular com as famílias, e os pais têm direito a ter ciência do processo pedagógico. Assim, para o exercício de tais práticas há o apoio das políticas públicas de inclusão que incentivam, regulam e controlam.

Quando se caminha com atenção e cuidado pelos estudos de Vygotsky (1993), descobre-se que as brincadeiras e jogos educativos, ou seja, as atividades lúdicas são de grande relevância para o desenvolvimento infantil, pois é nessa fase de sua vida que ela utiliza bastante a sua imaginação, a qual possibilita a sua relação com as pessoas e o mundo a sua volta, bem como com os seus desejos pessoais e necessidades segundo o seu contexto.

Assim sendo, é fundamental realizar um estudo acerca das metodologias de âmbito pedagógico na área educacional, especialmente com profissionais que atuam com práticas lúdicas, ou seja, jogos e brincadeiras já nos anos iniciais, pois a escola precisa estar sempre se renovando para que supra os interesses e necessidades da sociedade moderna.

A brincadeira e os jogos na vida da criança é são tão importantes e necessários, que Piaget (1971), em seus conceitos, deixa claro que a prática lúdica por meio desses mecanismos é capaz de auxiliar no processo de desenvolvimento da relatividade, pois eles conseguem aguçar a imaginação da criança, o que é essencial para o seu processo de aprendizagem. Ademais, recomenda que as crianças, de modo geral, devem brincar para que possam interagir e se relacionar com o outro, pois é dessa maneira que ela cresce, aprende a respeitar os limites, fazer amizades e a viver em sociedade.

No decorrer dessa trajetória discursiva foi possível perceber que a prática lúdica é fundamental na vida de toda e qualquer criança. Desse modo, Souza (1996), esclarece que quando elas brincam mantêm uma intimidade com o seu próprio corpo, com o universo e os seus pares, colocando a sua imaginação em ação e tornando-a inteiramente real, o que a fortalece como sujeito e permite que ela tenha uma percepção de domínio.

Segundo os apontamentos de Santos (2010), descobre-se que todas as pessoas sabem o significado do brincar, como se brinca e a razão de brincar, no entanto, em diversas situações, a ludicidade é vista apenas e tão somente como um momento de entretenimento infantil, vinculada exclusivamente às crianças, acarretando um certo tipo de preconceito de âmbito cultural na ação de brincar.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COMO PROPOSTA DE EQUIDADE NA EDUCAÇÃO
Ueudison Alves Guimarães, Conceição Aparecida Brandão, Mariele Apolinário Daix,
Anne Frank Gomes de Arruda Dutra, Vanessa Robbi Bubula Lopes, Iraide Soares da Silva

Nesse sentido, Haetinger (2009) esclarece que para uma prática lúdica por meio de jogos e brincadeiras eficaz, não importando se na escola ou fora dela, existe a necessidade de uma organização no que tange ao tempo e ao espaço, pois o brincar não se resume apenas a liberação das crianças para que se divirtam a seu modo. Todos os jogos precisam possuir suas metas, objetivos e regras, sem contar que o docente deve constantemente executar o seu trabalho de monitoramento e orientação das atividades que estão sendo desenvolvidas, não importante o grau de dificuldade que elas apresentam.

Para Haetinger (2009, p. 6), "[...] as atividades lúdicas são aquelas que promovem a imaginação e principalmente as transformações do sujeito em relação ao seu objeto de aprendizagem. Provocando a interação do aluno com o objeto do ensino [...]".

Huizinga (1992) foi um dos teóricos que mais se aprofundou estudando o jogo em diferentes culturas e línguas (grego, mandarim, japonês, hebraico, latim, inglês, alemão, holandês, entre outras). Aquele teórico verificou a origem da palavra – em português, “jogo”; em francês, “*jeu*”; em italiano, “*gioco*”; e, em espanhol “*juico*”. Jogo advém de “*jocus*” (latim), cujo sentido abrangia apenas gracejar ou traçar.

É responsabilidade do educando observar o grau de desenvolvimento das crianças para planejar as brincadeiras que irão realizar, além da aptidão que cada indivíduo possui. Observar as relações entre as crianças na hora da brincadeira é a maneira mais fácil de identificar qual tipo de atividade é adequada para o aprendizado das crianças que está lecionando, sem deixar nenhuma de lado por motivo de inaptidão ou vergonha de realizar alguma atividade (PIAGET, 1978).

Para Campos, (1986, p.78) “[...] a ludicidade poderia ser a ponte facilitadora da aprendizagem se o professor pudesse pensar e questionar-se sobre a sua forma de ensinar, relacionando a utilização do lúdico como fator motivante de qualquer tipo de aula”. A instituição de ensino deve proporcionar o brincar de todas as formas; o brincar e o jogar têm encantamento que despertam interesse do aluno proporcionando interação e participação maior entre o conhecimento lúdico e as crianças acompanha a intenção de promover um desenvolvimento total da criança.

Incluir alunos com deficiências, independente de qual seja, é o primeiro passo a ser dado para que se dê início à inclusão. Diante disto, o próximo passo é respeitar todas as diferenças existentes. Para Monjon et al., (1995), as adaptações são aspectos que precisam ser mudados nos currículos escolares junto ao planejamento de aula.

Ensinar através de jogos e atividades lúdicas é um caminho para o educador desenvolver aulas mais dinâmicas, podendo competir em igualdade de condições com os diversos recursos a que o aluno tem acesso fora da escola, estimulando sua vontade de frequentar com assiduidade a sala de aula e incentivando seu envolvimento nas atividades, sendo agente no processo de ensino e aprendizagem, já que aprende e se diverte, simultaneamente (Silva, 2005, p. 26).

As maiores dificuldades encontradas no aprendizado dos alunos com necessidades especiais são contínuas, e a intervenção pedagógica utilizada como estratégia possibilita recursos e serviços especializados para estas dificuldades.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COMO PROPOSTA DE EQUIDADE NA EDUCAÇÃO
Ueudison Alves Guimarães, Conceição Aparecida Brandão, Mariele Apolinário Daítx,
Anne Frank Gomes de Arruda Dutra, Vanessa Robbi Bubula Lopes, Iraide Soares da Silva

Na Instrução nº016/2011 – SEED/SUED a prerrogativa mais importante do educando em sala de aula é:

Elaborar Plano de Atendimento Educacional Especializado, com metodologia e estratégias diferenciadas, organizando-o de forma a atender as intervenções pedagógicas sugeridas na avaliação psicoeducacional no contexto escolar.

As estratégias lúdicas possuem três missões, como afirma Ferreira (2001, p. 22):

- Socializadora: por meio do jogo, a criança desenvolve hábito de convivência;
- Psicológica: pelo jogo, a criança aprende a controlar seus impulsos;
- Pedagógica: o jogo trabalha a interdisciplinaridade, a heterogeneidade, o erro a forma positiva, tornando a criança agente ativo no seu processo de desenvolvimento (FERREIRA, 2001, p. 22).

Segundo Carvalho (1997), as mudanças são essenciais para garantir sucesso nas propostas inclusivas. Necessita-se de um mapeamento da situação real das pessoas com necessidades especiais dentro da escola para poder traçar métodos a curto e longo prazo.

O mapeamento das estratégias de inclusão permite atuar corretamente no cenário do dia a dia nas escolas públicas além da reflexão sobre a proposta de futuros mapeamentos para esta classe de indivíduos (GOMES; MENDES, 2010).

A diversidade no padrão de aprendizagem dos alunos com algum tipo de deficiência pode ser uma variável essencial que precisa de uma caracterização melhor além de influenciar diretamente na escolha da metodologia a ser utilizada como inclusão, pelo fato de existir distintos tipos de intervenções que essas demandas necessitam.

Por este motivo, realizar o mapeamento das condições do processo de inclusão escolar com estes alunos, diante da disponibilização de quais serviços utilizarem, quais atividades realizarem e quais exercícios aplicarem são pontos essenciais a serem analisados para futuras intervenções (ANACHE; RESENDE, 2016).

O ensino individual é subordinado aos objetivos e interesses relacionados ao aluno com determinada necessidade, e só por este motivo ele tem um ensino diferenciado em algumas etapas apenas, nas demais ele é incluso para desenvolver habilidades motoras e sociais (CARVALHO, 1997).

CONCLUSÃO

A prática docente na instituição de ensino, não é uma tarefa fácil, pelo contrário, no entanto, é de responsabilidade desse profissional propiciar aos seus educandos um aprendizado de qualidade com base em conceitos psicopedagógicos, os quais auxiliem satisfatoriamente no entendimento da relevância do educar voltada para o aguçar o desejo de aprender.

A convivência com outras crianças é essencial, afinal permite o confronto com o “outro”. Se a criança convive apenas com crianças que possuem as mesmas necessidades, não haverá outros



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COMO PROPOSTA DE EQUIDADE NA EDUCAÇÃO
Ueudson Alves Guimarães, Conceição Aparecida Brandão, Mariele Apolinário Daix,
Anne Frank Gomes de Arruda Dutra, Vanessa Robbi Bubula Lopes, Iraide Soares da Silva

parâmetros. Respeitar as diferenças é respeitar o ritmo de aprendizagem de cada um, considerando-se que aprender é para a vida inteira,

No âmbito escolar, o professor poderá avaliar o aluno, no sentido de encontrar o que dificulta o processo de aprendizagem no caso dos alunos com dificuldades da mesma. No caso dos alunos com deficiência o professor deverá orientar os professores quanto às necessidades específicas, adaptações curriculares, métodos adequados, habilidades e dificuldades da criança além de ajuda-la com em seu processo de aprendizagem, criando estratégias que favoreçam o desejo de aprender.

REFERÊNCIAS

ANACHE, A. A.; RESENDE, D. A. R. Caracterização da avaliação da aprendizagem nas salas de recursos multifuncionais para alunos com deficiência intelectual. **Revista Brasileira de Educação**, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARVALHO R. E. **A nova LDB e a educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca-Espanha, 1994.

FERREIRA, M. **Ação Psicopedagógica na sala de aula: uma questão de inclusão**. São Paulo: Paulus, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAETINGER, M.; HAETINGER, D. **Jogos, Recreação e lazer**. São Paulo: IESDE, 2009.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. São Paulo: Artmed, 2003.

MONJON, D. G.; GIL, J. R. GARRIDO. **Adaptaciones Curriculares**. Guia para elaboración. Málaga, Espanha: Aljibe, 1995.

PIMENTEL, S. C.; SANTOS, A. J. P. Mediação Pedagógica numa Perspectiva Neuropsicológica: Uma Contribuição ao Processo de Atenção às Necessidades Educacionais Especiais. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, v. 11, n. 2, 2008.

SILVA, M. S. da. **Clube da matemática: jogos educativos**. 2. ed. Campina/SP: Papyrus, 2005.

SILVEIRA, D. T.; CÓDOVA, F. P. A pesquisa científica. *In*: GERHARDDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2009.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COMO PROPOSTA DE EQUIDADE NA EDUCAÇÃO
Ueudison Alves Guimarães, Conceição Aparecida Brandão, Mariele Apolinário Daítx,
Anne Frank Gomes de Arruda Dutra, Vanessa Robbi Bubula Lopes, Iraide Soares da Silva

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. Tradução: Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1993.